


Palestina no contexto do colonialismo

BÁRBARA CARAMURU TELES 
Universidade Federal do Paraná | Curitiba, PR, Brasil
b.caramuru@gmail.com

HELENA DE MORAIS MANFRINATO OTHMAN 
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento | São Paulo, SP, Brasil
manfrinatocso@gmail.com

DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe226852>

A Antropologia, em suas primeiras décadas, se dedicou a discussões sobre os temas do parentesco, religião, alteridade, natureza e cultura, indivíduo e sociedade, métodos e ao fazer etnográfico, discussões que viriam a se tornar canônicas na disciplina. Suas metáforas holistas (Strathern, 2017: 345) preocupadas com a integridade e coesão que compõem o vernáculo acadêmico - sociedade, sistema, cultura -, nasceram das etnografias realizadas em contextos coloniais, em que antropólogos se viram ansiosos com o temor do desaparecimento dos modos de vida locais. Nossa Antropologia nasceu, como afirma Talal Asad (2017), com o pecado original do colonialismo, com análises “produzidas por europeus para audiências europeias – de sociedades não europeias dominadas pelo poder europeu” (Asad, 2017: 320) que operam tanto em nossa teoria quanto prática etnográfica. O autor chama atenção para o fato, porém, que há uma estranha relutância de antropólogos a admitir as estruturas de poder em que essa ciência foi formada.

Nas ciências antropológicas, mas também na historiografia, sociologia e demais áreas das humanidades, essas construções sobre os sujeitos, ou “objetos de análise”, disseminaram uma noção de alteridade. Uma construção hierárquica do “outro”, deslocado temporal e espacialmente do Ocidente, inferior em cultura e civilidade, um candidato à sujeição conforme colocou-nos Edward Said (2007), Johannes Fabian (2013), Frantz Fanon (1968), entre tantos os outros.

Foi a partir dos movimentos de virada epistemológica na disciplina que passamos a buscar a “voz dos subalternos” e, concomitantemente, observamos neste processo uma emergência de vozes antes silenciadas do Sul Global (Spivak, 2018) e uma explicitação das relações de poder coloniais. Em meio a todo esse processo, passamos a repensar as lógicas orientalistas (Said, 2007) de construção daqueles que estavam ausentes na teoria, senão apenas como objetos de pesquisa e análise, enquadrados por análises etnocêntricas. Nesta virada, um fato silenciado passa a emergir, não apenas o pós-colonialismo e a discussão sobre o futuro das sociedades descolonizadas, mas o neocolonialismo na atualidade (Caramuru Teles, Sahd, 2021).

Nesta perspectiva, em que nós antropólogas/os redirecionamos nossas ferramentas para a construção de uma antropologia do Sul global, as relações Sul-Sul, nos permitem desfazer colonialidades do saber, do poder e do ser (Quijano, 2005). Nesta



e226852

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe226852>

mesma perspectiva muitos de nós se abrem para, primeiramente, descolonizar os olhares orientalistas derrubados sobre povos não-brancos e não-europeus, inspirados pelo que recentemente o antropólogo Mauro de Almeida declarou ser “a tarefa do antropólogo é comprometer-se com lutas, para manter a diversidade dos sistemas de vida”.

A partir dessa premissa crítica, olhamos mais uma vez para a Palestina, objeto de olhares coloniais europeus há mais de século: a lógica da violência colonial começou primeiro como ideia – “uma terra sem povo para um povo sem terra” -, como no slogan sionista depois descrita como uma terra fértil ocupada por uns poucos selvagens atrasados. Por fim, de fato, ocupada e colonizada (Pappé, 2016; Masalha, 2021). Como sugere Masalha, desde os primórdios do sionismo como um movimento político organizado previu-se a criação de lar judeu na Palestina desconsiderando a existência de uma população local (Masalha, 2021: 21).

Foi neste escopo, da criação de um lar judeu na Palestina, que ocorreu a retirada forçada dos palestinos e a ocupação de seu território. Neste sentido, a política sionista sempre esteve pautada em práticas de discriminação, segregação e até extermínio dos palestinos – a necropolítica (Mbembe, 2018) como veremos a seguir na retomada histórica da ocupação, e nas políticas de extermínio na Faixa de Gaza, que sofreu sucessivos ataques ao longo dos anos. Entre os mais brutais se encontram os ocorridos de 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009, para os ataques sem precedentes ocorridos nos últimos 8 meses que já martirizaram 40 mil vidas palestinas, sem contar os milhares desaparecidos.

Ainda que a situação pregressa e atual de Gaza, e todos os fatos apresentados pela história da ocupação e regime de governança da vida na Palestina ocupada, revele um sistema brutal de *apartheid* – com a contínua expansão de colônias de assentamento, expropriação de terras e recursos dos palestinos, controle de mobilidade e liberdade a partir de construção de *checkpoints* e detenções administrativas de palestinos (muitos deles menores de idade) em prisões israelenses, –, a comunidade internacional não dá sinais de impedir que o Estado de Israel perpetue seu regime de terror. O que assistimos, no entanto, desde outubro de 2023 até a escrita deste dossiê e sua publicação, em meados de 2024, é uma flagrante continuidade da violência e passividade do Ocidente sob o pretexto de defender a “única democracia do Oriente Médio” e sua população contra ameaças externas.

O que parece ser efetivo nesse caso é o que Edward Said (2007) chamou de orientalismo, um regime de saber e poder que vem servindo às forças colonialistas euro-americanas desde o século XIX, e que constroem o Oriente Médio como o lugar da barbárie, da opressão, do terrorismo que ameaça à “civilização ocidental”.

Desse modo, suas contínuas invasões militares, ocupações, sanções e matança desenfreada podem ser justificadas aos olhos do público. Autoras como Judith Butler teorizaram a respeito dessas formas de enquadramentos que hierarquizam as vidas que importam e as vidas abjetas (2015; 2019). As primeiras seriam dignas de terem seus direitos assegurados, de serem dignas de luto e empatia, enquanto as segundas seriam dispensáveis.

No entanto, com a emergência da Internet e redes sociais, a dinâmica de circulação mudou, assim como a sua difusão, que passou de ser dos centros de notícias para o público para algo menos centralizado, ou então a partir de múltiplos centros de difusão

de informação. Isso popularizou outras fontes de notícias, e, em particular, o trabalho de ativistas digitais palestinos e de outras nacionalidades árabes, colocando em circulação outro conjunto de informações, mas também de enquadramentos. Assim, novas vozes eclodiram, lançando luz ao processo colonial e genocidário em curso. Isso já havia se revelado importante durante a Guerra da Síria, com a divulgação da imagem de Aylan Kurdi (Hjarvard, 2008) (Manfrinato, 2022), e seu enquadramento como uma crise humanitária.

O que acompanhamos agora, no que está sendo chamado de “genocídio televisionado” é algo de outra ordem, pois os palestinos, a população, mas também seus jornalistas e ativistas digitais, passaram a divulgar para o mundo o que está acontecendo com eles. Isso vem de outro com um momento de difusão e circulação de informação maior nas redes sociais. Os pesquisadores do tema vêm acompanhando a reação do público, não apenas nas redes, mas nas ruas, com bastante atenção.

A infraestrutura de Gaza está sendo devastada: áreas residenciais, ruas comerciais, universidades, mesquitas, campos agrícolas enquanto campos de barracas são erguidos em áreas próximas à fronteira Sul de Gaza (BBC, 2024b). Avalia-se que entre 144 mil e 175 mil edifícios em toda a Faixa foram danificados ou destruídos, representando em torno de 50% a 61% das edificações de Gaza (idem, ibidem). As escolas da UNRWA foram bombardeadas, o que destrói a um só tempo, seus locais habituais de ensino fundamental e médio, mas também os abrigos temporários que muitas famílias estão usando, para não mencionar o extremo sofrimento psíquico a que estão submetidas as crianças em Gaza agora, que torna impossível qualquer processo de aprendizado (Notícias Uol, 2024b). A alta letalidade e violência contra jornalistas (Al Jazeera, 2024b) socorristas, enfermeiros, médicos (Al Jazeera, 2024c) e funcionários humanitários (Publica, 2024) revela que não é só o tecido urbano e agrário que estrutura a vida de Gaza que está sendo destruído, mas a própria rede que os ajudaria a sobreviver sob ataque e condições de guerra (Caramuru; Manfrinato, 2024).

Neste contexto de colonialismo tardia e de revisionismo histórico, bem como pautado no fazer antropológico em tempos sombrios, esse dossiê propõe duas coisas primordiais, primeiro uma análise antropológica das novas formas de colonialismo vigentes, na Palestina; segundo reiterar a tarefa do antropólogo proposta por Mauro de Almeida e mediante o genocídio em curso “comprometer-se com a luta” da autodeterminação e existência do povo palestino.

Desta forma, no primeiro artigo deste dossiê, de autoria de Bárbara Caramuru, trazemos uma análise que intersecciona antropologia e historiografia a partir de um panorama mais amplo da ocupação evidencia-se o *apartheid*, colonialismo e necropolítica como elementos mobilizados pelos interlocutores. A autora lança luz ao processo de limpeza étnica da Palestina, de forma a elucidar o contexto de ocupação e os atuais desdobramentos no que tange à relação entre a potência ocupante e a ocupada. Desta forma, seguindo à proposta de uma análise de longa duração à luz de uma perspectiva pós-colonial, retoma os eventos que conformam o processo colonial, tendo em vista o contínuo da limpeza étnica desde primórdios do século XX com a expansão do sionismo moderno até a atualidade, em Gaza e na Cisjordânia. Na segunda parte, analisa a

segregação e necropolítica, como parte deste projeto, intitulado pelos palestinos de uma Nakba continua.

Helena Manfrinato e Sonia Hamid, no artigo “A *Nabka* contínua e múltipla: palestinos do Iraque e da Síria no Brasil” retomam os processos de expulsão de palestinos (“limpeza étnica”), transformando-os em refugiados permanentes. Tendo como base suas respectivas etnografias com palestinos do Iraque e da Síria que chegaram ao Brasil, em diferentes momentos, a partir da política humanitária brasileira em ascensão (Hamid, 2019) (Manfrinato, 2022), seja por meio do programa de reassentamento solidário, seja pela facilitação do visto de turismo, irão traçar um paralelo destes fluxos, descrevendo suas trajetórias da Palestina para os países árabes e destes para o Brasil. Em nosso país, discutirão como a maneira que se deu seus deslocamentos e o status que lhes foram conferidos implicou em diferentes relações com o Estado brasileiro e com as comunidades árabe e palestina já estabelecidas. Ao descrever esses processos, Manfrinato e Hamid chamam a atenção para os efeitos contínuos da *Nakba* na vida de palestinos em diáspora.

O terceiro artigo do professor palestino-chileno Kamal Cumsille, “*El dispositivo Oslo*” retoma o momento histórico e propõe que Oslo, em vez de ser um processo de paz, seja um dispositivo (no sentido de Foucault), pois, em vez de procurar uma solução para o problema colonial da Palestina, o que na verdade faz é introduzir na região e no caso palestino em particular, as novas lógicas de governo e economia implantadas no contexto pós-Guerra Fria a partir do pensamento estratégico americano como novas racionalidades prevaletentes. Isto se somaria à lógica necropolítica da ocupação colonial da Palestina, à lógica da governamentalidade (conforme definida por Foucault), na medida em que, omitindo a busca palestina pela libertação nacional, Oslo para o autor, teria introduzido a transformação do movimento nacional palestino numa polícia e governo democráticos, juntamente com a obrigação de cooperação econômica com Israel a nível local e regional.

Muna Muhammad Odeh, professora da Universidade de Brasília (UnB), em uma proposta alternativa que se soma a antropologia, propõe em seu artigo “Interdição da infância e vigilância na vida de crianças palestinas e o projeto colonial de Israel” pensar como o projeto colonial sionista de povoamento de Israel engloba toda Palestina histórica e como as ações de dominação que utiliza foram mantidas em todo território em maior ou menor intensidade nas diferentes épocas. O genocídio em curso em Gaza é a forma mais flagrante da continuada limpeza étnica do povo palestino e sua substituição por judeus israelenses sendo que este objetivo está sendo executado no restante dos Territórios Ocupados. Seu trabalho enfoca uma análise, a partir da experiência da autora, na cidade de Jerusalém Oriental Ocupada, apontando para a intensificação de práticas coloniais impostas à vida cotidiana da população palestina cujo objetivos são a limpeza étnica e a judaização da cidade. A partir de uma vivência que se assemelha a análise contida na auto antropologia, Odeh faz um relato sobre as práticas coloniais de *unchilding*, interdição da infância e de vigilância impostos à vida diária de uma adolescente palestina. Opondo-se a este projeto se faz presente o *Sumud*, termo que sintetiza a o (r)exisir e a resistência do povo palestino em resposta a técnicas coloniais que intencionam o seu apagamento e sua expulsão da sua terra.

Por fim, Flávia Odenheimer, no artigo “Islamofobia e propaganda Sionista: uma

análise ao material educativo da StandWithUs Brasil” retoma as premissas do pensamento de Said em Orientalismo ao analisar a educação e a propaganda sionista são essenciais para sustentar o projeto de construção de um Estado étnico judaico na Palestina. Segundo a autora, a ocupação, o bloqueio, a limpeza étnica e toda violência perpetrada por Israel são justificados pela caracterização do povo palestino como violento, ingovernável, terrorista e único responsável pela falta de paz no território. Este discurso é construído sobre uma narrativa islamofóbica e orientalista que opõe o Ocidente “civilizado” ao Oriente “bárbaro”. Seu artigo é uma reflexão sobre a islamofobia presente no material educativo da organização sionista StandWithUs Brasil, sobre como o povo palestino é retratado nele e o seu impacto na construção da identidade judaico-sionista.

Essa publicação vem se somar ao *hall* de pesquisas sobre a Palestina no Brasil de forma a contribuir com as análises sobre colonialismo, necropolítica, orientalismo e ainda, situar-se num fazer antropológico que se posiciona mediante o genocídio e as formas de controle e extermínio étnico ainda vigente na atualidade.

Referências

- ASAD, Talal; REINHARDT, Bruno. 2018. Introdução a "Anthropology and the Colonial Encounter", Talal Asad. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313–327. Disponível: periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p313. Acesso em: 25 jun. 2024.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- CARAMURU TELES, Barbara; MANFRINATO, Helena de Moraes. 2020. “Orientalismo e resistência decolonial no contexto das comunidades libanesa e palestina no Brasil e no Chile”. In: Paulo Henrique Borges Rocha; José Luiz Quadros de Magalhães, Patrícia Miranda Pereira de Oliveira (orgs.) *Decolonialidade a partir do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Dialética.
- CARAMURU TELES, Barbara, SAHD, Fabio Bacila. 2021. O colonialismo como marco interpretativo basilar do apartheid israelense: revisitando e ressignificando a questão. *Diversitates Revista Internacional*. Vol. 13 n. 4.
- FABIAN, Johannes. 2013. *O tempo e o outro como a antropologia estabelece seu objeto de pesquisa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FANON, Frantz. ([1961]1968). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- HAMID, Sônia Cristina. 2019. (Des)integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MBEMBE, Achile. 2018. *Necropolítica*. Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de morte. São Paulo: n-1 edições.
- OTHMAN, Helena de Moraes Manfrinato. 2022. *Dos quadros de guerra à participação: socialidade, redes de ajuda e política na ocupação urbana Leila Khaled*. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 2024-03-31.
- PAPPE, Ilan. 2016. *A Limpeza Étnica da Palestina*. Editora Sundermann: São Paulo.
- SAID, Edward. 2008. *Orientalismo: O Ocidente como Invenção do Ocidente*. São Paulo:

Companhia das Letras.

SPIVAK, Gayatri. 2010. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte.

STRATHERN, Marilyn. 2017. "O efeito etnográfico". In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ubu.

sobre as autoras

Bárbara Caramuru Teles

Bárbara Caramuru Teles atualmente é professora (substituta) na Universidade Federal do Paraná, UFPR, onde realizou estágio de pós-doutorado. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Atualmente trabalha com gênero, estudos raciais, interseccionalidades e decolonialidades na Antropologia.

Helena de Moraes Manfrinato Othman

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Araraquara. Membro integrante do Nupre, Núcleo de Estudos de Política, Religião e Espaço Público, na Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Política e Antropologia da Religião.

Autoria: As autoras são responsáveis pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Não houve financiamento.

Recebido em 25/06/2024

Aprovado para publicação em: 03/07/2024